

A ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO PESSOAL DE MARIA LAURA MOUZINHO LEITE LOPES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

*The organization of Maria Laura Mouzinho Leite Lopes' personal archive:
challenges and perspectives.*

Lorena dos Santos Silva¹ 

RESUMO

Demonstra a organização do arquivo pessoal de Maria Laura Mouzinho Leite Lopes, utilizando a teoria e os métodos da Arquivologia. Busca compreender a trajetória dos arquivos pessoais à luz da teoria e métodos no âmbito da Arquivologia. Apresenta a biografia de Maria Laura Mouzinho Leite Lopes. Explica como foi a doação do arquivo pessoal para o Arquivo de História da Ciência (AHC) do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Demonstra que os procedimentos metodológicos adotados na organização do arquivo pessoal foram pautados na manutenção do vínculo indissociável que existe entre os documentos e as funções e atividades da produtora do arquivo. Por fim, explicita que a organização do arquivo pessoal está em fase final, tendo como produto a publicação do inventário como instrumento de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivo pessoal. Maria Laura Mouzinho Leite Lopes. Organização. Museu de Astronomia e Ciências Afins. Arquivologia.

ABSTRACT

It demonstrates the organization of the personal archive of Maria Laura Mouzinho Leite Lopes, using the theory and methods of Archival Science. It seeks to understand the trajectory of personal archives in the light of theory and methods within the scope of Archival Science. It presents the biography of Maria Laura Mouzinho Leite Lopes. Explains how the personal archive was donated to the Archive of the History of Science (AHC) of the Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). It demonstrates that the methodological procedures adopted in the organization of the personal archive were guided by the maintenance of the inseparable link that exists between the documents and the functions and activities of the producer of the archive. Finally, it explains that the organization of

¹Bolsista do Programa de Capacitação Institucional do CNPq no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF). Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).



the personal archive is in its final stage, having as a product the publication of the inventory as a finding aid.

KEYWORDS: Personal archive. Maria Laura Mouzinho Leite Lopes. Organization. Museu de Astronomia e Ciências Afins. Archival Science.

1 INTRODUÇÃO

A história da humanidade está intrinsecamente atrelada à história dos arquivos, uma vez que o ser humano registra informações desde a pré-história. Perpassando argila, papiros, pergaminhos até o papel e o suporte em meio eletrônico, o ser humano sempre buscou mecanismos que propiciassem a preservação de sua memória e cultura para posteridade. É importante ressaltar que para além desses objetivos, os registros em suportes também tinham como finalidade provar direitos. Fica evidente que a história do arquivo - e posteriormente da Arquivologia enquanto ciência - segue paralelamente com a história da humanidade. Assim, conhecer e compreender os contextos - sociais, políticos, econômicos e históricos - pelos quais os documentos são produzidos possibilita um entendimento, inclusive, da nossa construção enquanto sociedade.

Os indivíduos, assim como instituições públicas e privadas, produzem e acumulam documentos que evidenciam suas funções e atividades no decorrer de sua existência, o que denominamos como arquivo pessoal. Esse conjunto de documentos é diverso, uma vez que é composto por diferentes espécies, tipos, gêneros e formatos documentais. Nesse sentido, fica evidente que a organização de um arquivo é preceito essencial para acesso e divulgação da Ciência e Tecnologia (C&T) e também de outras grandes áreas do conhecimento.

Maria Laura Mouzinho Leite Lopes (1917-2013) foi uma importante matemática e educadora brasileira, cujo trabalho deu-se principalmente no âmbito do ensino da Matemática na Educação brasileira. Importante referência da área, atuou ativamente em pesquisas sobre esse tema até o final de sua vida, o que resultou em um arquivo pessoal diversificado e rico, cuja importância para C&T precisa ser destacada.



Diante disso, esse artigo tem como finalidade explicitar como a organização do arquivo pessoal da matemática e educadora Maria Laura Mouzinho Leite Lopes, sob custódia do Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), influencia diretamente no acesso e divulgação eficiente dos documentos que o compõem pelos pesquisadores ou por qualquer cidadão interessado. A organização desse conjunto de documentos está atrelada ao Projeto *Institucionalização de arquivos pessoais: identificação, tratamento documental e acesso a novas fontes para a história da ciência*, do Programa de Capacitação Institucional (PCI) do MAST, cuja finalidade é institucionalizar os arquivos pessoais de cientistas com atuação de destaque no desenvolvimento da ciência e tecnologia. Ademais, também tem como objetivo o desenvolvimento de metodologia de organização documental desses arquivos (SILVA, 2022).

Esse artigo está dividido em quatro seções. Na Seção 1, buscamos introduzir o objetivo desse trabalho, perpassando brevemente por conceitos da Arquivologia e da biografia da titular. Na Seção 2, optamos por dividi-la em 3 subseções, onde apresentamos o lugar dos arquivos pessoais no âmbito da teoria e metodologia arquivísticas; a biografia de Maria Laura, sempre tentando demonstrar sua trajetória de vida e seu papel de destaque como educadora e matemática; e finalizando, explicitamos o contexto de produção e doação de seu arquivo pessoal ao MAST. Na seção 3, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados para a organização do conjunto documental e o que já existe de resultado. E para finalizar, na Seção 4, apresentamos as conclusões desse trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Os arquivos pessoais no âmbito da Arquivologia

A Arquivologia, enquanto área do conhecimento, foi construída e desenvolvida para ter sua teoria e metodologia aplicadas no contexto de produção de documentos da Administração Pública, ou seja, a área "[...] constrói seu arcabouço teórico-metodológico



a partir de documentos oriundos de ações públicas governamentais" (SILVA, 2020, p. 27).

Isto posto, entendemos o conceito de arquivo como o "conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de *peçoas físicas* ou jurídicas, públicas ou *privadas*" (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 05, grifo nosso). Essa definição permeia todo o trabalho, indo ao encontro com o nosso entendimento que arquivos pessoais são arquivos, uma vez que possuem o vínculo indissociável entre o produtor e as funções e/ou atividades que originaram a produção dos documentos (ABREU, 2016).

Sabe-se que por muito tempo os arquivos pessoais foram deixados à margem pelas teorias e metodologias que foram desenvolvidas – para aplicação em arquivos institucionais – pela Arquivologia. Apesar do conceito de arquivo abarcar documentos produzidos por pessoas físicas, como foi supracitado, o tratamento que lhes foi conferido foi totalmente distinto àquele atribuído aos arquivos provindos de instituições públicas ou privadas (CAMARGO, 2008).

Por muito tempo, os arquivos pessoais eram considerados, principalmente pelos autores clássicos da Arquivologia, como coleções, o que foi determinante, inicialmente, para que seu tratamento fosse conferido às bibliotecas e aos bibliotecários (CAMARGO, 2007).

Nesse sentido, antes que fossem inseridos no conceito de arquivo, os documentos produzidos por pessoas físicas eram preservados nas bibliotecas (SILVA, 2020). Camargo associa esse cenário porque,

Em primeiro lugar, só conservamos documentos de pessoas que tiveram alguma expressão ou algum destaque no mundo da política, da ciência, da arte, da filosofia ou da literatura. E por isso sempre pareceu natural que tais documentos acompanhassem as obras que publicaram, ou seja, que fossem entregues às bibliotecas. No mundo todo vamos encontrar esse destino mais ou menos óbvio para o arquivo pessoal do escritor, qualquer que tenha sido sua área de especialidade: à obra publicada (o livro e o artigo, por exemplo) seguem-se os documentos produzidos em estágios anteriores a sua forma final, isto é, os esboços, as minutas, os rascunhos, as primeiras versões e os originais. Os demais documentos do arquivo, a critério do doador ou do donatário, acabam ficando sob custódia da biblioteca (CAMARGO, 2008, p. 05-06).



A partir da citação supracitada, podemos aferir o motivo pelo qual os documentos produzidos, recebidos e acumulados por indivíduos causaram, e ainda causam, diversos desafios no que tange ao seu tratamento. Além disso, também podem ser expressos por conceitos distintos, dependendo do contexto o qual está inserido, - como coleções e manuscritos, por exemplo - o que impacta diretamente na maneira que esse conjunto de documentos será organizado.

Diante desse cenário, ressaltamos que os documentos produzidos e acumulados por pessoas físicas foram incluídos no conceito de arquivo pelo arquivista italiano Eugênio Casanova, quando este desenvolveu a obra *Archivistica*, publicada em 1928. Nessa publicação, o italiano explicita que as definições de arquivo contidas em obras seminais da área - como, por exemplo, o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, publicado em 1898 pelos arquivistas holandeses Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin, sob os auspícios da Associação dos Arquivistas Holandeses ou o Manual de Administração de Arquivos de Sir Hilary Jenkinson, publicado em 1922 - não abarcavam a vasta dimensão desse campo. Assim, Casanova (1928, p. 19, tradução nossa, grifo nosso) define que “o arquivo é a acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou *indivíduo* no curso de sua atividade e preservados para a consecução dos objetivos políticos, jurídicos e culturais daquela entidade ou indivíduo”.

Esse novo conceito de arquivo foi o primeiro da literatura arquivística a incluir os documentos de pessoas físicas em sua definição. Nesse sentido, podemos aferir que a partir desse cenário, os arquivos pessoais começaram - mesmo que de forma gradual - a serem pensados como objeto da Arquivologia e, assim, passíveis de tratamento e organização através da teoria e métodos arquivísticos.

Apesar do arquivo pessoal ter sido incluído no conceito de arquivo, seu tratamento encontrou entraves, muitas vezes por conta de especificidades próprias dos documentos produzidos e acumulados por pessoas físicas, indo de encontro com o que a teoria arquivística determina como princípios norteadores para organização de arquivo, como por exemplo: o Princípio de Respeito aos Fundos e o Princípio da Ordem Original (SILVA, 2020).



Os dois princípios supracitados são basilares no que tange à organização de arquivos permanentes – como os arquivos pessoais – no âmbito da Arquivologia. Todavia, antes de adentrar no íterim da discussão da relação atribuída entre arquivos pessoais e permanentes, faz-se necessário definir o que são estes últimos. Machado e Camargo definem que:

[...] documentos cujas informações são consideradas imprescindíveis para o órgão de origem e para a comunidade que justificou sua existência. O arquivo permanente ou histórico – último estágio de guarda, senão definitiva, pelo menos de longa duração – conserva, portanto, os documentos aos quais se atribuiu, no processo de avaliação, a devida relevância, seja para a comprovação de direitos, seja para a pesquisa retrospectiva (MACHADO; CAMARGO, 1999, p. 21).

Em relação aos princípios e métodos para organização de arquivos permanentes, podemos citar o Fundo, conceito basilar teórico-metodológico da área – que foi a primeira tentativa de arranjar documentos que não fosse utilizando assuntos ou temas. Essa concepção teórica foi fundamentada quando Guizot (1787-1874), ministro da Instrução Pública de 1832 a 1839 e primeiro-ministro de 1840-1848, “[...] baixou regulamentos relativos ao arranjo de documentos dos *départements* que haviam sido colocados sob jurisdição dos *Archives Nationales*, pela lei de 2 de outubro de 1796” (SCHELLENBERG, 2006, p. 241, grifo do autor). Em 24 de abril de 1841, uma circular, emitida pelo Ministro do Interior, o conde Duchatel (1803-1867), completou a propagação dos regulamentos baixados por Guizot (SCHELLENBERG, 2006). Esse documento – cujo conteúdo foi elaborado e divulgado pelo arquivista Natalis de Wailly – foi denominado como *Instructions pour La mise en ordre et Le classement des archives départementales et communales* e estabeleceu as seguintes diretrizes de organização de documentos:

[...] reunir os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos (todos os documentos) provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo, e dispor em determinada ordem os diferentes fundos. Documentos que *apenas se refiram* a uma instituição, corporação ou família não devem ser confundidos com o fundo dessa instituição, dessa corporação ou dessa família (DUCHEIN, 1986, p. 16, grifo do autor).

Ademais, Natalis de Wailly também propôs uma abordagem original aos arquivos, que estipulava:



a) os documentos deviam ser agrupados por fundos (*fonds*), isto é, todos os documentos originários de uma determinada instituição, tal como uma entidade administrativa, uma corporação ou uma família, seriam agrupados e considerados como o *fonds* daquela determinada instituição; b) os documentos de um *fonds* deviam ser arranjados por grupos de assuntos, e a cada grupo seria atribuído um lugar definitivo em relação aos outros grupos; e c) as unidades, nos grupos de assuntos, seriam arranjadas conforme as circunstâncias, em ordem cronológica, geográfica ou alfabética (SCHELLENBERG, 2006, p. 241-242, grifo do autor).

Natalis de Wailly, assim, argumentou que “[...] classificar documentos através do Respeito aos Fundos era a única maneira de deixá-los em uma ordem uniforme” (SILVA, 2020, p. 47). Esse foi o contexto que o Princípio de Respeito aos Fundos foi estipulado.

Esse princípio foi ampliado a partir de contribuições teóricas-metodológicas da Prússia. Segundo Schellenberg (2006), o *Provenienzprinzip*, ou Princípio da Proveniência, determinava que, os documentos públicos deveriam ser arranjados a partir das unidades administrativas que lhes deram origem e, posteriormente, caso a unidade administrativa tivesse arranjado esses documentos, esta ordem deveria ser mantida. A partir da contribuição prussiana, os arquivistas holandeses, autores do Manual de Arranjo e Descrição, afirmam, na regra 16, que “o sistema de arranjo deve ser baseado na organização original do arquivo, a qual, na sua essência, corresponde à organização do órgão administrativo que o produziu” (ARQUIVO NACIONAL, 1973, p. 44).

A partir dessa definição, entendemos que arquivos pessoais são arquivos permanentes, uma vez que cumpridas as funções pelas quais foram produzidos, são recolhidos para instituições de custódia por seu valor de pesquisa.

Ademais, diante do exposto, percebemos que os princípios basilares da Arquivologia que ditam a organização de arquivos permanentes foram estabelecidos para documentos públicos e de ordem institucional. Todavia, esse arcabouço teórico-metodológico foi aplicado na organização de arquivos pessoais, uma vez que estes foram entendidos também como objetos da área. Para além de suas especificidades, o arquivo pessoal trouxe e traz desafios ao arquivista no que tange a sua organização. Todavia, só a teoria arquivística pode garantir que haja a manutenção entre o contexto de produção dos documentos e sua relação com o titular do arquivo.

2.2. A biografia da matemática Maria Laura Mouzinho Leite Lopes

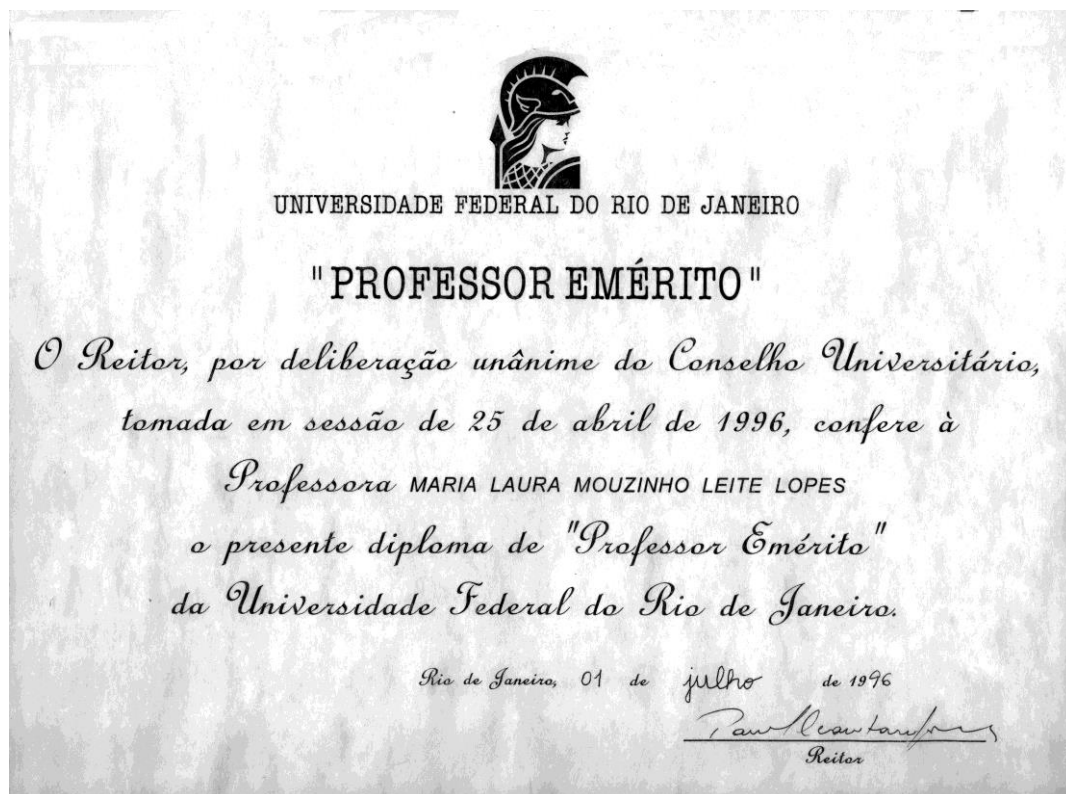


Maria Laura Mouzinho Leite Lopes nasceu em 18 de janeiro de 1917, na cidade de Timbaúba dos Mocós, Pernambuco, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 20 de junho de 2013. Matemática, educadora e cientista, foi fundamental para a construção e desenvolvimento da Educação Matemática no Brasil. Maria Laura foi a filha primogênita de sete mulheres e um homem. Sua mãe, Laura Moura Mouzinho era professora primária e, seu pai, Oscar Mouzinho, comerciante. Durante a infância, fez o curso primário em uma escola em Pernambuco. Nessa escola teve como mestre o professor Luís de Barros Freire, que despertou nela vocação para a Matemática. Em 1935, saiu do Recife para morar no Rio de Janeiro com a família. Chegando à cidade, já com 16 anos, precisou fazer o exame de madureza para continuar com seus estudos. Como o exame só era realizado por maiores de 18 anos, seu pai adulterou sua certidão de nascimento. Em seguida, a família mudou-se para Petrópolis, onde Maria Laura começou a estudar no Colégio Sion. Em 1939, retornou para o Rio de Janeiro para estudar na Universidade do Distrito Federal (UDF). Entretanto, o vestibular havia acabado. Com a ajuda do Professor Luís Freire, decano da Escola de Ciências da UDF, conseguiu se matricular. A UDF foi fechada no governo Getúlio Vargas, sendo substituída pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), cuja primeira turma Maria Laura fez parte. Em 1940, junto com sua colega e amiga Moema Sá Carvalho, foi convidada pelo Professor Ernesto Luiz de Oliveira Júnior para trabalhar como assistente nas aulas de Geometria. Com a saúde do professor deteriorada, Maria Laura assumiu os encargos da cadeira da disciplina (IVANISSEVICH, 2009).

Maria Laura foi a primeira mulher Doutora em Matemática no Brasil. Em 1949, defendeu a tese *Espaços projetivos - Reticulado de seus subespaços*, sendo injustamente acusada de plágio pelo Professor José Rocha Lagoa. A acusação de plágio foi, posteriormente, refutada pelo próprio professor que, em 1953, indicou Maria Laura como catedrática interina da cadeira de Geometria da FNFfi. Em 1956, casou-se com o renomado físico José Leite Lopes, viúvo com dois filhos pequenos. Maria Laura adotou os meninos, tendo concebido, fruto desse matrimônio, sua filha Ângela (IVANISSEVICH, 2009).

Maria Laura também foi figura importante para a construção de diferentes instituições de Ciência e Tecnologia brasileiras, tais como: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Conselho Nacional de Pesquisa, atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). Além disso, foi primordial no que tange ao ensino da Matemática no Brasil, articulando grupos, como o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática (GEPEM) e projetos, como o Projeto Binômio Professor-Aluno na Iniciação à Educação Matemática e o Projeto Fundão. Por contribuições essenciais na pesquisa e ensino da Matemática, foi agraciada com o título de Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (IVANISSEVIC, 2009). A figura 1 demonstra o documento que comprova o título.

Figura 1 - Diploma de Professora Emérita concedido a Maria Laura pela UFRJ.



Fonte: Arquivo Pessoal de Maria Laura (1996)

Importante referência da área e profissional consagrada, o conjunto de documentos produzidos e acumulados por Maria Laura ao longo de sua trajetória de vida

é composto por documentos de diferentes espécies, tipos, gêneros e formatos, ricos em informações e com grandes possibilidades para pesquisa.

2.3. O arquivo pessoal de Maria Laura Mouzinho Leite Lopes

O arquivo pessoal de Maria Laura Mouzinho Leite Lopes foi doado pela matemática, ainda em vida, ao Arquivo de História da Ciência (AHC) do Museu de Astronomia de Ciências Afins (MAST) no ano de 2011, por meio de um termo de doação. A figura 2 é a fotografia da titular assinando o termo de doação de seu arquivo em cerimônia solene ocorrida nas dependências do MAST (SILVA, 2022).

Figura 2 – Maria Laura assinando termo de doação de seu arquivo pessoal ao MAST.



Fonte: Arquivo MAST (2011).



Após a doação, o arquivo de Maria Laura foi recolhido em diferentes momentos, inclusive *post-mortem*, prática usual no que tange ao recolhimento de arquivos pessoais. Ao chegar à instituição de custódia, o conjunto de documentos foi avaliado inicialmente pelo Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos em Papel (LAPEL). Esse procedimento visava realizar a higienização dos documentos e detectar possíveis intervenções que, porventura, se faziam necessárias imediatamente. Assim, após essa avaliação, iniciou-se o tratamento e organização do arquivo pessoal, de acordo com a teoria e metodologias arquivísticas (SILVA, 2022).

O arquivo pessoal de Maria Laura é composto por diferentes espécies, tipos, gêneros e formatos documentais, explicitando uma gama de possibilidades de fontes de pesquisa. Dessa forma, sua organização é pautada em princípios e métodos arquivísticos, considerando o contexto de produção dos documentos e a relação destes com a produtora e suas funções e atividades. Sendo assim, pode-se garantir o acesso a esse conjunto de documentos, ou seja, o valor secundário, de pesquisa é preservado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O arquivo pessoal de Maria Laura tem sido organizado ao longo dos anos, passando por diferentes fases e profissionais. Entretanto, também vem sofrendo com as intermitências decorrentes de distintos fatores que perpassam as instituições públicas culturais, um deles, por exemplo, é a falta de pessoal.

Assim que recolhidos ao arquivo, os documentos passaram pelo LAPEL, de modo que aqueles que estavam deteriorados passaram por intervenções de conservação e restauração. Concomitantemente, os documentos começaram a passar pela fase de identificação. Segundo Rodrigues, o processo de identificação é:

[...] o ato de determinar a identidade do documento de arquivo, de caracterizar os elementos próprios e exclusivos que conferem essa identidade. Significa determinar estes elementos que o individualizam e o distinguem em seu conjunto. O processo de produção deste conhecimento implica em reunir informações sobre o documento em seu contexto de produção e descrever estes elementos que formam sua identidade, que revelam o seu vínculo arquivístico. [...]. Nesse sentido, é um trabalho de pesquisa e de crítica sobre a gênese documental (RODRIGUES, 2012, p. 200).



Nesse sentido, a identificação foi um processo de pesquisa que determinou as relações sociais, profissionais e pessoais de Maria Laura, as funções e atividades que desempenhou ao longo de sua trajetória de vida e os contextos de produção dos documentos que produziu, recebeu e acumulou no que tange às relações e atividades supracitadas. Nessa perspectiva, procurou-se determinar de maneira explícita o vínculo indissociável que existe entre os documentos e o produtor do arquivo. É importante ressaltar que muitos documentos foram organizados a partir de uma lógica da própria Maria Laura, que foi respeitada pelos profissionais do Arquivo. Logo, essa ordem original foi mantida no processo da organização.

Após a identificação, os documentos do gênero textual foram divididos em séries. Entende-se série como: “subdivisão da estrutura hierarquizada de organização de um fundo ou coleção que corresponde a uma sequência de documentos relativos à mesma função, atividade, tipo documental ou assunto” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 16). Caso se fizesse necessário, a série poderia ser subdividida em subsérie. Em relação aos arquivos custodiados pelo Arquivo de História da Ciência do MAST, comumente subordinados às séries, estão os dossiês. Nesse sentido, compreende-se como dossiê “unidade de arquivamento constituída de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto)” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 15). Dessa maneira, foi definida, conforme quadro abaixo, a seguinte estrutura para os documentos textuais:

Quadro 1 - Séries dos documentos textuais do arquivo pessoal de Maria Laura

Arquivo Maria Laura	
Série 1 - Vida Pessoal	Subsérie 1.1 - Assuntos Pessoais
	Subsérie 1.2 - Relações Sociais
	Subsérie 1.3 - Homenagens
	Subsérie 1.4 - Assuntos Financeiros
Série 2 - Formação Profissional	Subsérie 2.1 - Licenciatura e Bacharelado
	Subsérie 2.2 - Livre Docência
Série 3 - Atuação docente em instituições de pesquisa e ensino	Subsérie 3.1 - Universidade Federal do Rio de Janeiro (Antiga Universidade do Brasil)



	Subsérie 3.2 - Secretaria de Estado e Educação e Cultura do Estado da Guanabara (Atual Rio de Janeiro)
	Subsérie 3.3 - Universidade Santa Úrsula (USU)
	Subsérie 3.4 - GEPEM
	Subsérie 3.5 - Participação em bancas e comissões de avaliação
	Subsérie 3.6 - Relações profissionais e intercâmbio científico
	Subsérie 3.7 - Estudos, anotações e material para aula
Série 4 - Atuação Profissional - Administrativa	Subsérie 4.1 - Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA)
	Subsérie 4.2 - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF)
Série 5 - Atividades de avaliação e Consultoria	Subsérie 5.1 - Consultorias e Assessoramento a Instituições de Ensino e Pesquisa
	Subsérie 5.2 - Participação em atividades editoriais e publicações
Série 6 - Participação e, Associações e Sociedades Científicas	
Série 7 - Participação em Eventos e Cursos	
Série 8 - Atividades de divulgação científica	Subsérie 8.1 - Divulgação e Ensino da Matemática
	Subsérie 8.2 - Estudos e Pesquisas sobre Educação

Fonte: Arquivo pessoal de Maria Laura (2022).

Assim, cada dossiê que compõe a série ou subsérie é identificado através de um documento denominado "Descrição de dossiês", cujo objetivo é explicitar as



informações que identificam os documentos do dossiê, como por exemplo: a data tópica e cronológica, a proveniência e o contexto de produção.

Os documentos textuais ocupam grande parcela do arquivo pessoal de Maria Laura. Todavia, existe também documentação iconográfica, impressa, audiovisual e tridimensional. Esses documentos foram identificados e encontram-se em processo final de organização.

É necessário ressaltar o papel da documentação impressa que compõe o arquivo, uma vez que seu quantitativo supera os outros gêneros documentais, com exceção do textual, que comumente é aquele que contém o maior número de documentos. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 77), documento impresso é aquele “documento impresso ou multigrafado”. No contexto do arquivo pessoal de Maria Laura, essa documentação é composta, principalmente, de livros, que em sua essência não são considerados documentos de arquivo, uma vez que em sua natureza são bibliográficos. Entretanto, foram acumulados pela produtora no exercício de suas funções, atividades e relações sociais com seus contemporâneos. Nesse sentido, são únicos, já que representam o vínculo indissociável entre as funções e atividades da Maria Laura e os documentos que foram gerados e acumulados.

Cabe evidenciar também que os chamados tridimensionais, assim como os documentos impressos, em sua essência não são documentos de arquivo. Todavia, são resultados das funções e atividades de Maria Laura. No seu tratamento, são descritos concomitantemente em parceria com a Coordenação de Museologia da instituição, uma vez que possuem especificidades que necessitam do conhecimento e técnica do profissional especializado.

O arquivo pessoal de Maria Laura está em processo de organização ao longo dos últimos anos e está em sua fase final - até a data de submissão desse trabalho - culminando como produto a publicação do inventário como instrumento de pesquisa.

Apesar disso, toda documentação de Maria Laura encontra-se aberta para pesquisa, indo ao encontro com o que estipula a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de janeiro de 2011) ao explicitar em seu conteúdo que o acesso à informação é direito fundamental e que o sigilo é exceção à regra.



4 CONCLUSÕES

Os arquivos pessoais, por muito tempo, foram colocados à margem do arcabouço teórico-metodológico da Arquivologia, o que determinou a maneira pela qual esses arquivos seriam organizados e tratados. Esse cenário se deu porque a construção e desenvolvimento da Arquivologia foram pautados na organização e tratamento de documentos provindos das instituições da Administração Pública. Assim, os arquivos pessoais foram delegados às bibliotecas e às intervenções dos bibliotecários. Cabe ressaltar que esses profissionais foram essenciais no arranjo e guarda desses arquivos.

Os arquivos pessoais são compostos por documentos, muitas vezes, polissêmicos, ou seja, ao contrário dos arquivos institucionais que possuem, em grande maioria, sua produção estipulada em mecanismos legais, aqueles são produzidos e acumulados por diferentes funções, atividades e relações interpessoais. Isso faz com que muitos desses documentos se encontrem em um contexto de produção nebuloso que torna sua determinação uma atividade intelectual complexa, o que, muitas vezes, condiciona sua organização por critérios que fogem do método estrutural ou funcional (SILVA, 2020).

Apesar desse cenário, com a mudança no conceito de arquivo, incluindo então os arquivos pessoais, estes foram introduzidos como objetos da Arquivologia, possibilitando que sua organização e tratamento fossem de acordo com a metodologia aplicada aos arquivos permanentes produzidos e acumulados por instituições, uma vez que os arquivos pessoais são permanentes, não por sua natureza, mas pelo seu valor informativo e testemunhal (ANCONA LOPEZ, 2003).

Maria Laura Mouzinho Leite Lopes foi uma matemática, professora e educadora brasileira, cujo trabalho é referência na área de Educação Matemática do país. Ativa desde o final da vida, Maria Laura produziu e acumulou documentos no exercício de suas funções e atividades no âmbito das relações sociais, pessoais e profissionais. O arquivo pessoal foi doado ao Arquivo de História de Ciência (AHC) do Museu de Astronomia e Ciências (MAST) em 2011 pela própria titular. Com a doação do arquivo, teve início o processo para sua organização. Para isso, os documentos foram higienizados e



paralelamente, identificados, de modo que os contextos de produção também fossem reconhecidos. Esse processo se faz essencial para que esse tratamento fosse pautado na teoria e metodologia da Arquivologia. Além disso, esse conjunto de documentos é composto por espécies, tipos, gêneros e formatos diferentes, com um grande potencial de pesquisa.

Esse trabalho teve como finalidade demonstrar o tratamento e organização do arquivo pessoal da matemática e educadora Maria Laura Mouzinho Leite Lopes à luz da teoria e metodologias arquivísticas. Essa organização está em sua fase final, tendo como produto a publicação de um inventário. Apesar disso, toda documentação encontra-se aberta para acesso, o que vai ao encontro do que determina a Lei de Acesso à Informação, cujo conteúdo busca garantir o acesso como direito fundamental de qualquer cidadão.



REFERÊNCIAS

- ABREU, Jorge Phelipe Lira de. Arquivos pessoais e teoria arquivística: considerações a partir da trajetória do conceito de arquivo. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi (Org.). **Arquivos privados**: abordagens plurais. 1.ed. São Paulo: ARQ-SP, 2016. p. 24-36.
- ANCONA LOPEZ, André Porto. Arquivos pessoais e as fronteiras da Arquivologia. **Revista Gragoatá**, Niterói, n. 15, p. 69-82, 2003.
- ARQUIVO NACIONAL. **Manual de Arranjo e descrição de arquivos**. Trad. de Manoel Adolpho Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. 167 p.
- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 12 nov. 2022.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa L. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- _____.; GOULART, Silvana. **Tempo e Circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. 316 p.
- _____. Sobre arquivos pessoais. **Arq & Adm**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul./dez. 2008.
- CASANOVA, Eugenio. **Archivistica**. Siena: Stab. Art. Grafiche Lazzeri, 1928. Disponível em: <http://www.icar.beniculturali.it/biblio/pdf/EuCa/totalCasanova.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.
- DUCHEIN, Michael. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, abr. 1982/ago. 1986.
- IVANISSEVICH, Alicia. Uma realista esperançosa. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 264, out. 2009. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/edicao/264/>. Acesso em: 25 out. 2022.
- MACHADO, Helena Corrêa; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Como implantar arquivos públicos municipais**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.
- MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. Disponível em: <https://www.gov.br/mast/pt-br>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- RODRIGUES, A. C. Identificação: uma Metodologia de Pesquisa para a Arquivística. In: VALENTIM, M. L. P., ed. **Estudos avançados em Arquivologia [online]**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, pp. 197-215. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/znn37/pdf/valentim-9786559541294-11.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.



SILVA, L. S.. A organização do arquivo pessoal da matemática Maria Laura Mouzinho Leite Lopes (1917-2013) como preceito essencial de acesso e divulgação da C&T. In: V Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de Ciência e Tecnologia, 2022, Rio de Janeiro. **Caderno de Resumos Expandidos:** V Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro: MAST, 2022. p. 179-181. Disponível em: http://site.mast.br/vspct/caderno_de_resumos.html. Acesso em: 12 nov. 2022.

_____. **Organização de arquivos pessoais:** uma análise à luz da teoria e de métodos da Arquivologia. 2020. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14721?show=full>. Acesso em: 12 nov. 2022.

AGRADECIMENTOS

Fica meu agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao Programa de Capacitação Institucional (PCI), ao Museu de Astronomia de Ciências Afins (MAST), ao Arquivo de História da Ciência (AHC), ao orientador Prof. José Benito Yárritu Abellás e aos servidores e bolsistas do referido museu.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.

